

---

A Produção Social do Espaço Urbano de Mark Gottdiener (1993) foi o ‘livro de cabeceira’ durante os meses em que nos dedicamos à elaboração deste trabalho. É natural iniciar estas últimas considerações com uma sentença de seu pulso, hoje estampada nas paredes de nossa sala de estudo: “ as crescentes desigualdades encontram-se cimentadas no espaço urbano que, através de suas formas materiais revela os segredos da organização social.”

Deduzimos desta afirmação que, é na análise das formas espaciais que poderemos encontrar o registro das desigualdades. É essencialmente nos padrões e relações dos elementos urbanos que se revelam os contrastes espaciais gerados na organização social.

Padrões e relações espaciais é a matéria-prima da análise urbanística.

Desde o princípio, era finalidade deste trabalho, destacar o papel da análise urbanística como o instrumental apropriado para figurar, medir e avaliar as assimetrias que distinguem os assentamentos precários da cidade formal, materializada em outras ordens. Contudo, as desigualdades ‘cimentadas’ no espaço urbano como um todo, reproduzem-se no interior dos assentamentos precários, imprimindo nas suas formas uma escala reconhecível de matizes de degradação.

A erosão social, que destitui indivíduos e grupos da condição e direitos de cidadão, erode também as referências de qualidade de vida urbana que, sobre pressões cada vez mais fortes, os distancia da condição humana.

Políticas, programas e iniciativas de intervenção, direcionados àqueles territórios, omitem-se, entre outras coisas, em relação ao problema dos parâmetros. Neste ponto, o livre arbítrio é bastante conveniente para o *marketing* político, reino dos chavões e dos lemas esvaziados de conteúdo.

Não há sistemas nem referenciais metodológicas reconhecidos que estabeleçam um *status* mínimo de conhecimento da realidade para a elaboração de diagnósticos e, ainda menos, para processos de avaliação de resultados de programas de intervenção.

---

A concepção da exclusão territorial ainda é fluida e difusa, pois não conta com categorias analíticas reconhecidas, apesar dos numerosos estudos existentes sobre a questão.

Chegamos à hora de retomar algumas questões formuladas anteriormente:

. É possível estabelecer referenciais de situação urbana a atingir na perspectiva de recuperar áreas degradadas urbanas?

É viável identificar e demarcar os fatores envolvidos na erosão dos padrões espaciais e alçá-los a categorias de análise?

É possível identificar o gradiente de deterioração de padrões urbanísticos no interior dos assentamentos?

É praticável distinguir os fatores responsáveis pelas variações de padrão?

No nosso entender, a metodologia de análise urbanística explorada nos capítulos anteriores fornece respostas afirmativas a estas questões..

A estrutura temática fixa os fatores de cuja variação depende um maior ou menor grau de qualidade de vida urbana e que, numa escala ascendente ou descendente, representam a erosão dos padrões e relações espaciais: categorias dos acessos; densidades por quadra; morfologia do sítio, situações de risco, o padrão de qualidade das edificações, só para citar os mais notáveis.

O processo de síntese amarra as categorias de análise que, isoladamente, não devem ser tomada como referência para decisões.

É da superposição daqueles fatores sobre o território, ordenada de forma hierárquica pelas categorias que enquadram os problemas, que se obtém a visualização e o registro de gradientes entre situações favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento da vida de indivíduos e grupos.

O processo estabelece marcos de referência para avaliar o nível da transformação a ser produzida, oferecendo uma margem segura e precisa para a tomada de posição entre extremos já referidos, que podem oscilar da consolidação do tecido existente até sua substituição.

---

Estes mesmos marcos se prestam para mensurar a distância ou proximidade diante dos padrões desfrutados pela cidade formal, entre assentamentos precários, ou internamente, no mesmo assentamento.

A finalização do processo numa nova divisão do território com base no acúmulo de situações de Risco e Insalubridade, Degradação e Isolamento, Transtorno e Conflito, define a possibilidade de traçar diretrizes precisas de intervenção, apontando caminhos de futuro que poderão materializar-se em diferentes concepções de desenho urbano.

Este ou qualquer outro método que ofereça possibilidades de análise e síntese semelhantes, que expressem a decantada exclusão territorial na sua verdadeira grandeza e a anuncie como base de decisões defensável e sustentável é o que denominamos de técnica sistematizada e codificada de análise urbanística.

Contudo, todo processo metodológico descrito nos dois capítulos anteriores está circunscrito numa abordagem unilateral. O enlace no território dos fenômenos da segregação espacial e da exclusão social, cuja complexidade e múltiplas faces, tem sido objeto de intenso debate entre estudiosos da questão, requer do processo de diagnóstico uma amplitude que não encontra sua total correspondência na esfera urbanística. Por mais rigoroso, preciso e detalhado que seja o método de análise urbanística, ele se apropria de uma única faceta da problemática inerente aos territórios excluídos da cidade, principalmente quando as políticas e programas de intervenção acenam com a promessa de uma nova cidadania, explicitada nos seus enunciados.

Recaímos num outro desafio metodológico: o Diagnóstico integrado ou Interdisciplinar. Muitas vezes, a questão da interdisciplinaridade foi convertida em um simples problema de competência de especialidades, cujas conclusões são aceitas sem discussão, como contribuições estanques e paralelas, sem que se explore os pontos de convergência e as inter-relações entre os fenômenos.

A nossa experiência tem confirmado que interdisciplinaridade é fruto de contatos sistematizados entre a produção dos diversos campos de conhecimento intrínsecos a uma determinada problemática. A partida para o diagnóstico

integrado está na estruturação do específico. O Diagnóstico Integrado é produto das inter-relações entre as contribuições disciplinares, da re-elaboração crítica e da formação de novos vínculos entre os diagnósticos específicos, dirigindo-se para a formação de um conhecimento mais complexo.

O caso dos assentamentos precários e dos fenômenos que os singularizam, admitiria uma estrutura metodológica representada no diagrama a seguir:



Fonte: o autor, 1997.

Nele, vêem-se três campos disciplinares – o urbanístico ambiental, socioeconômico organizativo e o jurídico legal – que, em princípio, abarcariam grande parte dos problemas inerentes aos territórios da exclusão.

A figura indica claramente que, a cada campo disciplinar, corresponde um diagnóstico próprio. A linha pontilhada que corta horizontalmente o diagrama separa dois níveis de produção de conhecimento: o nível disciplinar e o nível

---

integrado. Os boxes, à direita da ilustração, encerram a ordem de especulação própria a cada um deles.

Vê-se, ainda, que os diagnósticos disciplinares convergem para o diagnóstico integrado.

Toda operação de decomposição e composição da realidade, ou seja, de análise e síntese a que nos dedicamos nos capítulos precedentes, faz parte do primeiro campo disciplinar, representado no retângulo e no losango à esquerda do desenho.

A transição de um nível para outro é o centro do problema metodológico nos diagnósticos integrados. Desde o início do processo, é necessário encontrar uma estrutura ou linguagem comum a todos os campos disciplinares que proporcione esta passagem.

A linguagem adotada no método de análise urbanística, apresentada neste estudo, tem condições de ser replicada nos demais campos disciplinares. Em todos os campos ou dimensões, de forma análoga, poderia ser estabelecida uma estrutura temática que correspondesse a finalidades específicas do processo de análise, alimentando a produção de sínteses temáticas territorializadas. Sínteses disciplinares viriam a ser obtidas em processo semelhante, pela utilização das categorias de problemas já mencionadas: Risco e Insalubridade; Degradação e Isolamento; Transtorno e Conflito.

De processos contínuos de análise e síntese pode retirar-se um antídoto, contra a formulação de diagnósticos que se restringem a estudar a realidade sem oferecer direções precisas para a sua transformação. Há instrumentos para isso. O que precisamos buscar são as formas de fazê-lo.

Isto também é uma questão de método. No território está uma das bases de sustentação para qualquer promessa de transformação. A outra, está na política.

A metodologia objeto desta dissertação está posta como proposta a ser questionada, contestada, corrigida ou mesmo desprezada.

O que importa realmente é que fique como resíduo, o registro da necessidade de se investir nesse caminho.